

O CONTROLE DO ESPAÇO DO SERTÃO: OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DO CEARÁ NA SECA DE 1932

EL CONTROL DEL ESPACIO DEL *SERTÃO*: LOS CAMPOS DE CONCENTRACIÓN DE *CEARÁ* EN LA SEQUÍA DE 1932

Leda Agnes Simões de MELO*

Resumo: Este trabalho visa compreender a feitura dos campos de concentração do Ceará, implementados pela Inspetoria Federal de Obras Secas (IFOCS) na seca de 1932. O que nos interessa em específico é entender essa medida por meio do controle e domínio do espaço do sertão. Podemos pensar também como ainda, neste contexto, os sertões eram vistos como áreas atrasadas em que pesava sobre eles a necessidade de que se avançasse uma sociedade moderna e civilizada. E essas visões estão relacionadas a um modelo de sociedade em que ainda imperava o que Walter Mignolo conceitua como “legados coloniais”. Nesse sentido, refletiremos como esses legados podem ser um caminho epistemológico possível para analisar o controle do espaço por meio dos campos de concentração do Ceará.

Palavras-chave: Sertão, seca, campos de concentração, modernidade

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo comprender la construcción de los campos de concentración de *Ceará*, hechos por la *Inspección Federal de Obras Contra las Secas* (IFOCS) en la sequía de 1932. Lo que nos interesa, específicamente, es entender esta medida a través del control y dominio del espacio del *sertão*. También podemos pensar cómo, en este contexto, las zonas del *sertão* fueron vistas como áreas "atrasadas" en oposición a una sociedad moderna y civilizada. Y estos puntos están relacionados a un modelo de sociedad en el que prevaleció lo que Walter Mignolo *conceptúa* como "legados coloniales". En este sentido, reflexionaremos sobre cómo estos legados pueden ser un posible camino *epistemológico* para analizar el control del espacio a través de los campos de concentración do *Ceará*.

Palabras-clave: *Sertão*, sequía, campos de concentración, modernidad

Introdução

O sertão é um conceito mutável e formado, em grande medida, de maneira dual. Maria Elisa de Sá coloca que desde os tempos coloniais a ideia de sertão “ultrapassa a dimensão espacial” (SÁ,2006, p.121) e aparece recorrentemente em oposição ao litoral, sendo assim, “associado a valores negativos como: deserto, lugar de barbárie, do inculto, da seca, da aridez, da fome, da violência, entre outros” (SÁ,2006, p.121). A autora ainda diz, que o sertão também se associava a um lugar de barbárie porque não teria uma “atividade regular de trabalho” (SÁ,

* Mestre em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(CPDA/UFRJ). Doutora em História – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro(FFP/UERJ).Foi bolsista CAPES, e bolsista pelo Programa Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE/CAPES), pela Universidade de Buenos Aires (UBA). E-mail: ledagnes@hotmail.com; Este trabalho é fruto das pesquisas realizadas no mestrado e, em parte, do doutorado, referentes à história do Nordeste brasileiro.

2006, p.123), ou seja, “os habitantes não estavam inseridos no mundo do trabalho, o que, conseqüentemente, torna-os mais vulneráveis à influência de ódios e paixões” (SÁ, 2006, p.123). Para o interior, o sertão, só o trabalho poderia ser um remédio para um ambiente com ausências de regras e ordem, como ressalta Sá. Portanto, é nesta mesma perspectiva que o sertão referia-se ao vazio, eram espaços vastos, áreas “despovoadas” do Brasil, o espaço do desconhecido, enquanto o litoral significava a “civilização”. Janaína Amado explica que, na história brasileira, poucas categorias são tão importantes para designar regiões quanto o sertão e, neste aspecto, ele é uma categoria espacial. Isso porque o sertão é conhecido desde antes da chegada dos portugueses, e “permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país” (AMADO, 1995, p.145). Ou seja, por exemplo, sem ele, de acordo com Amado, a própria noção de “Nordeste” se esvazia. Ou mais, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Amazônia, também empregam o “sertão” como expressão, em sua ampla maioria, ligada diretamente a uma dimensão espacial. No entanto, como estamos ressaltando, o sertão está para além disso e, portanto, ele também é uma categoria que se insere no pensamento social brasileiro, tendo na literatura sua mais forte expressão. Janaína Amado nos coloca que grande parte da literatura regionalista relacionada à “geração de 1930”, onde se encontram Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado, dentre outros, foi a “principal responsável pela construção dos conturbados sertões nordestinos, de forte conotação social”(AMADO, 1995, p.146). Mas ela destaca, sobretudo, a importância de João Guimarães Rosa como um autor que evocou “os sertões misteriosos, míticos, ambíguos, situados ao mesmo tempo em espaços externos e internos” (AMADO, 1995, p.146). E assim, a literatura brasileira construiu os variados sertões “com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas místicas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro” (AMADO, 1995, p.146).

Para Heloisa Starling, o caso da palavra sertão como conceito “revela uma maneira peculiar de narrar o projeto sempre problemático da fundação nacional brasileira a partir dos confins, das margens em que se refletem e se cruzam as dúvidas sobre os dilemas da nossa formação histórica e social” (STARLING, 2008, p.133). Além disso, ele pode mostrar também, o que a autora chama de uma “paradoxal metáfora de uma comunidade nacional” (STARLING, 2008, p.133), construída longe do que é comum: “um país sem lugar, permanentemente suspenso entre universalismo e particularismo, entre cidade e interior, entre modernidade e arcaísmo, entre autonomia e dependência, entre miséria e abundância (...)” (STARLING, 2008, p.133-134).

Assim, podemos pensar, dentro desse paradoxo analisado por Starling, como a ideia de sertão se insere na região Nordeste. Nísia Lima ressalta que havia duas definições sobre os sertões, neste aspecto: “uma mais próxima que o associa à área semiárida do Nordeste brasileiro e outra, também muito presente entre autores contemporâneos, que prioriza a atividade econômica da sociabilidade, aproximando sertão à civilização do couro” (LIMA, 1998, p.165). Neste sentido, portanto, os sertões a que nos referimos neste trabalho são as áreas semiáridas do Nordeste brasileiro. Janaína Amado explica que “‘sertão’ é, também, uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: ‘agreste’ e ‘zona da mata’” (AMADO, 1995, p.145). Por isso, entendemos que, ao longo do processo histórico brasileiro, dentro do que Starling coloca como esse país construído longe do que é comum, que sertão e Nordeste tornaram-se praticamente sinônimos. Ou seja:

(...) a associação entre um termo tão rico de significados e uma parcela espacial do Nordeste brasileiro caracterizada comumente pela semiaridez e pela economia pastoril reduziu a abrangência do termo a um espaço físico geograficamente delimitado, e fez com que no senso comum e no imaginário social os termos ‘sertão’ e ‘nordeste’ passassem a ser tomados praticamente como sinônimos (MACIEL, 2009, p.122).

Logo, para este trabalho, o sertão já é fruto da concepção de uma região específica do Nordeste do Brasil. Configurado também dentro de uma ideia de nação brasileira, em que o sertão tinha o seu lugar específico nesta narrativa nacional. E, por isso, foi construído a partir, de visões sobre esse espaço e que fizeram parte do que Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011) chama de invenção do Nordeste.

Cabe-nos dizer que nação no contexto do século XIX era entendida como “a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável” (THIESSE, 2002, p.8). Era também, por conseguinte, a invenção de um patrimônio comum, como aponta Anne-Marie Thiesse, e que resultou em um modelo “de produção das diferenças” (THIESSE, 2002, p.8). Para a autora, essa construção das nações fez parte da “organização espacial e hierárquica das representações” (THIESSE, 2002, p.8). A partir disso se traçavam “fronteiras em espaços contínuos ou de imbricação identitária” (THIESSE, 2002, p.8). Dentro desta ideia, houve “um grande esforço pedagógico” (THIESSE, 2002, p.8) para que as pessoas se sentissem pertencentes a sua nação, se conhecessem e reconhecessem nas referências coletivas.

Nessa perspectiva podemos refletir também sobre o que Tzvetan Todorov chama do lugar do etnocentrismo e seu feito de elevar à categoria de universais os valores da sociedade

européia. Seria ele uma caricatura natural do conceito de universalismo (TODOROV, 1991, p.21). Neste aspecto, o autor afirma ser no contexto do século XVIII, com o Iluminismo, que se intensificaram “os intercâmbios não só comerciais, mas também espirituais, seja adotando a língua dos povos mais esclarecidos como ingleses e franceses, como também criando uma língua universal” (TODOROV, 1991, p.45). Assim, em última análise, a humanidade iria constituir-se em uma sociedade única. Daí a ideia de que o outro é bárbaro em relação aos que eram superiores. Neste caso, a América Latina foi assim vista pela Europa e ela mesma tomou para si este discurso, logo o Brasil também se pensou dessa forma. Essa definição persegue a população latino-americana e as limita, não apenas historicamente, como também epistemologicamente. Quando se trata então de regiões periféricas, essa questão se torna ainda mais complexa e evidente. As noções de civilização e barbárie, de modernidade e atraso, são postas dentro dessas realidades locais para fragmentar e segregar suas próprias populações, e o centro e a periferia são colocados em lugares, por vezes, antagônicos.

Esses valores etnocêntricos e universalistas se consolidaram no Brasil. Dentro das diferenças dos contextos em que eles se estabeleceram, na década de 1930, por mais que se tenha uma necessidade de incorporar essas áreas periféricas ao todo nacional, Getúlio Vargas tinha esse projeto de unidade e integração, isso se deu muito ainda pela via das dicotomias apontadas acima. A concepção de que se devia levar a modernidade ao ambiente rural atrasado, legitimou ações arbitrárias nos sertões cearenses, tal como os campos de concentração que falaremos a seguir.

Nesse intento de considerar as multiplicidades históricas que o próprio sertão carrega em si, que pensar nesse sertão/semiárido é se deparar com o problema da seca, que é parte da sua historicidade. Leia-se seca, como analisa Frederico de Castro Neves, como “fome, miséria, migrações, etc” (NEVES, 1995, p.94). Referimo-nos como essa ideia de seca/sertão implicou uma série de visões e modos de atuar nessas áreas que “justificavam”, assim, a criação dos campos de concentração do Ceará, onde muitos deles foram implementados nos semiáridos. Em 1932 uma grande estiagem atingia os sertões cearenses. Uma onda de fome, morte, migrações, desemprego, passou configurar o quadro dessa região e com ele se pensou como conter a população sertaneja. Era preciso que alguma solução fosse encontrada para que se minorasse os efeitos da calamidade. A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs) que atuava já nos sertões desde 1909, não estava preparada suficientemente para a crise climática. Uma das soluções encontradas foi a criação de campos de concentração espalhados estrategicamente pelo Ceará. A ideia era manter o sertanejo nestes locais, conter o êxodo, controlá-lo para que não invadisse às cidades, enviá-lo de forma sistemática para construção de

obras públicas (as obras emergências) de combate a seca e assim, em suma, vigiar seus braços, seu corpo e seu território.

O contexto de 1930, marca também uma construção identitária do Brasil de Getúlio Vargas. A ideia de que o sertão era o espaço da autenticidade da população brasileira estava na ordem do dia, na fala de diversos intelectuais. Se podia pensar ainda em um país que almejava o progresso, a modernidade e, principalmente, desejava conseguir soluções internas para a crise de 1929 que havia atingindo o mundo. Dentro desse panorama encontrava-se o Nordeste e as secas, neste caso específico, a seca cearense. A intervenção no espaço do sertão também era pauta importante. Buscava-se pensar nessa mão de obra imigrante cearense ocupando “espaços vazios” como a Amazônia. Vivia-se um período de ambiguidades nesse sentido. Ora se pretendia que o sertanejo não migrasse, sendo enviado para os campos de concentração, ora se utilizava dessa mão de obra em migrações subsidiadas pelo governo. O sertanejo podia ir para o Rio de Janeiro, São Paulo, ou Amazônia. A que pese os diversos projetos para o sertão cearense, o que nos interessa em particular é entender como um campo de concentração foi posto em prática como solução para a seca de 1932, compreendendo-o como parte do domínio desse espaço.

Nesse sentido, este trabalho visa analisar os campos de concentração cearenses dentro da perspectiva de controle do território. Considera-se o sertão como um espaço múltiplo, e que também foi construído por diversas narrativas que, por vezes, inferiorizavam esse espaço e suas populações. O que nos interessa, em específico, é analisá-los a partir de conceitos que justificaram intervenções territoriais desde, principalmente, o final do século XIX e compuseram, inclusive, o que se entendia por América Latina como um todo. Isso significa, por conseguinte, pensar os conceitos de colonialidade/modernidade em casos localizados como as secas do Ceará e a implementação dos campos de concentração. Ora, trata-se de uma região que também foi pensada historicamente a partir de uma ideia de sociedade universalista, que não considerava as diferenças. Progresso *versus* atraso, litoral *versus* sertão, modernidade *versus* tradição, foram maneiras de entender os sertões que perpassaram a história dessas localidades. Por isso, analisaremos os campos de concentração dentro dessa ideia de sociedade (ocidental) que foi cara à nações como o Brasil.

Pensamos a partir disso, naquilo que Walter Mignolo considera primordial quando se trata do estudo de países colonizados: a universalização do local por meio do processo de ocidentalização que nos é imposto em diversos momentos da história (MIGNOLO, 2015, p.148). Porque ao refletirmos a consolidação de certas visões de mundo, não podemos deixar de entender que houve uma expansão colonial e imperial de um modelo ocidental de vida. Isso se

deu não só no campo econômico, político e religioso, mas também no educativo e intelectual, tendo a frente no primeiro momento a Europa e depois os Estados Unidos (MIGNOLO, 2015, p.120). Anibal Quijano ainda explica que essa ideia vinculava-se a uma modernização diretamente relacionada a uma ideia de raça e identidade racial. Isso significava que “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade” (QUIJANO, 2005, p.227). Ligava-se assim a uma “supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (QUIJANO, 2005, p.227). Por isso, entendemos que essa modernidade perpassou à história dos sertões. Foi ela que legitimou visões e ações sobre esses espaços relacionadas a essa situação natural de inferioridade que Quijano aponta.

Fernando Sánchez Costa nos convida a refletir o tempo histórico a partir do conceito de progresso que atravessou o século XIX. Nele “as experiências passadas não serviam para pintar o imaginário futuro” (COSTA, 2009, pp.267-286). Nascia com a Revolução Industrial e a modernidade ilustrada, um novo regime de historicidade caracterizado pela ruptura com o passado. O progresso, portanto, passou a abrir o novo horizonte de expectativas, tornando-se a nova bandeira do século e a nova maneira de olhar o mundo. Nos sertões, esta ideia de ruptura com o passado, em nome do progresso, fez parte das muitas narrativas sobre esse espaço. Ou seja, essas áreas eram conhecidas historicamente como fadadas a um tempo remoto que não se vinculava, portanto, ao tempo do futuro, da modernidade. Assim, os discursos institucionais, por vezes, se alinharam a essas noções e buscaram uma tentativa insólita de enquadrar essas regiões no tempo da civilidade e do progresso. Nicos Poulantzas salienta que houve nesses contextos a “dessacralização da história para englobá-la” (POULANTZAS, 2000, p.114). Ou seja, “o Estado capitalista estabelece as fronteiras ao constituir o que está dentro, o povo nação, quando homogeniza o antes e o depois do conteúdo desse enclave” (POULANTZAS, 2000, p.114). Logo, quando o Estado pensava o semiárido como um espaço estático, ligado à ideia de um meio rural arcaico, que não se encaixava na velocidade de uma sociedade em expansão rumo à civilização, acabava por tentar “homogenizar o povo-nação ao forjar e ao apagar seus próprios passados” (POULANTZAS, 2000, p.114).

Neste aspecto, após as tragédias do século XX, segundo Fernando Costa (2009), o otimismo desse progresso ilustrado vai se esvaindo. Na atualidade, a ideia de um modelo de progresso e de modernidade únicos que abriria ao mundo um novo horizonte de expectativas e que levaria ao desenvolvimento pleno da sociedade, passa a ser questionado. Esse é o ponto-chave de entendimento das nossas reflexões. Até que medida era válido, em nome de um ideal de sociedade, intervir no espaço dos semiáridos e implementar certas noções de

desenvolvimento sem considerar, por vezes, os modelos locais de vida? Até que ponto os campos de concentração se enquadram também nessa perspectiva modernidade, progresso *versus* atraso? E como essas noções que se estabeleceram no final do século XIX, onde ainda se podia haver raças que dominavam outras em nome de uma ideia de civilização podem atrelar-se ainda ao controle e vigilância da vida dos sertões no século XX? Como é possível considerar o modelo de produção das diferenças, datado do século XIX e conceituado por Thiesse, para pensar os campos de concentração e o domínio de seus territórios?

É nesse sentido que trata-se de pensar ou mesmo “ampliar los lugares de enunciación para no caer, entre otras cosas, presos del legado europeo con sus pretensiones universalistas” (GIULIANO, 2018, p.39). Ainda mais, podemos, então, refletir si o ocidente e a modernidade ilustrada, como aponta Facundo Giulliano, quando quiseram tocar diretamente o mundo para entendê-lo, transformá-lo e compartilhar certa liberdade, não acabaram por impactar fatalmente diversas sociedades e levaram a redução de populações, genocídios, destruição e classificação social (GIULIANO, 2018, p.50). Por fim, desejamos destacar que não se pretende analisar essa colonialidade/modernidade, essa “ferida colonial”, como conceitos lineares. Pelo contrário, aqui os legados coloniais, a colonialidade do poder, se reinventam e se reordenam como outras roupagens e novos contornos em um contexto em que não se podia mais falar de um país que se pretendia europeu no Brasil dos anos 1930. Mas sim, desejava-se uma nação que reconhecesse sua história e seu povo (o novo homem brasileiro dotado de interesse e capacidade se fazia presente nessa nova narrativa nacional). No entanto, entende-se que isso ainda passava pelos discursos da modernidade e do progresso, que se baseavam, neste contexto principalmente, claramente no padrão norte-americano liberal. Ou seja, ainda se olhava para uma realidade outra (a dos EUA), como único modelo possível para essas sociedades.

O sertão e a seca: a invenção da região Nordeste

Antes de entrarmos nos campos de concentração, podemos refletir o próprio conceito de Nordeste enquanto região e como ele é datado e faz parte da própria noção que se teve e que se criou do Nordeste enquanto sinônimo de sertão e de seca. Essa invenção nos é fundamental para compreendermos como se justificavam intervenções no sertão a partir de uma noção geográfica sobre o Nordeste, que nada mais foi do que fruto de uma visão, uma concepção que se tinha sobre o “Norte” do país relegado ao atraso, à pobreza e à semiaridez. Ou seja, como se todo o Nordeste configurasse seca e pobreza.

Pensamos antes de tudo no conceito de região adotado por Pierre Bourdieu. Para ele, devemos compreendê-lo não somente dando importância aos fenômenos físicos. É preciso

considerar a intervenção do Estado, os efeitos produzidos pelos movimentos de capitais ou as decisões de certos grupos em relação as regiões (BOURDIEU, 1989, p. 108). Para o autor, a ideia de região também é “objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos” (BOURDIEU, 1989, p. 112). Ou seja, esse conceito deve abarcar as propriedades simbólicas que são utilizadas como estratégias de interesses diversos (BOURDIEU, 1989, p. 112). Nessa perspectiva, a luta pela representação no sentido de imagens mentais e manifestações sociais a respeito da identidade étnica ou regional são casos particulares “de lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Dentro desta definição de Bourdieu, podemos analisar o que Denis Bernardes explica sobre as diversas imagens em torno do Nordeste. Para o autor, elas vinculam-se, ao longo do processo histórico brasileiro, ao coronelismo e ao cangaceirismo, situando-as no que ele chama de um universo “pré-capitalista” de formas “arcaicas” de relações sociais. “O Nordeste seria, assim, a região onde o arcaísmo se confunde com o atraso nas relações sociais e nas formas do exercício do poder” (BERNARDES, 2007, p.41). Onde se misturam o tradicional agrário-pastoril com a industrialização, ou mesmo com polos agrícolas mais modernos. Como analisa Manuel Correia de Andrade, o que existiu foi uma visão de Nordeste construída nacionalmente e que percebia essa região como “pobre, habitada por pessoas mal alimentadas, carentes (...) É lembrada sempre a presença de nordestinos pobres que viajam para as grandes cidades para trabalhar nas atividades não-qualificadas e de baixa remuneração” (ANDRADE, 1988, p.58).

Durante o Império e a Primeira República, o Nordeste era conhecido como “Norte”, porque o país estava dividido em duas porções: Norte e Sul. A divisão oficial para o Nordeste, de acordo com Manuel Correia de Andrade, adveio com o IBGE em 1941 no contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas quando “a política federal procurava diminuir a autonomia dos Estados e fazer uma integração nacional, a partir do fortalecimento do poder central” (ANDRADE, 1988, p.5). No entanto, de acordo com Albuquerque Jr. “o termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Neste discurso institucional, o Nordeste surge como parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p.81).

Foi nesta perspectiva que se configurou o Nordeste como região-problema, noção construída histórica e discursivamente. É nesse aspecto, que Durval Muniz de

Albuquerque Jr. entende o conceito de região como “um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.35). Por isso, o Nordeste deve ser pensado dentro do que ele chama de uma “invenção”, em razão de uma “repetição regular de determinados enunciados, que são tidos como definidores do caráter da região e de seu povo” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.35). É filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre “Norte” e “Sul”.

Reiteremos que no Brasil, de acordo com Janille Maia, “o imaginário do sertão foi construído por muitos cronistas, intelectuais e viajantes. Nesse sentido, tiveram destaque as expedições científicas na construção desta representação. Spix e Martius, dois viajantes alemães, contribuíram com seus relatos, onde a barbárie do sertão é então representada pelos viajantes” (MAIA, 2015, p.59). Além disso, como analisa Maia, um dos pilares da construção desse sertão é sua oposição à civilização. No caso do sertão nordestino também podemos pensar como “o conceito mostra de um lado a civilização trazida durante a colonização, e do lado oposto, este lugar deserto” (MAIA, 2015, p.74). Ora, o Brasil estava inserido no contexto em que “o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como ‘raças servis’ ou ‘inferiores’, ‘povos subordinados’, ‘dependência’, ‘expansão’ e ‘autoridade’. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais” (SAID, 2011 p.30).

Refletimos esse período dentro daquilo que Célia da Silva e Maria L. Carneiro analisam para o caso brasileiro: “a partir da estrutura colonial herdada pela administração portuguesa e das ideologias positivistas e civilizatórias do século XIX, a oligarquia rural, enquanto os detentores privados do poder, estrategicamente construíram um Estado sustentado na negociação das parentelas, no discurso elitista da tradição e na formação das alianças entre burocracia estatal e oligarquia” (SILVA & CARNEIRO, 2009, p.2). Foi nesse panorama que se construiu, junto com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), ao longo de todo o século XIX, uma ideia de Nação “a partir de um discurso sustentado na ideia de uma sociedade homogênea e branca (...) como continuidade da herança portuguesa, ficando excluídos os negros e os índios” (SILVA & CARNEIRO, 2009, p.2).

Como explica Monica Velloso, desde o século XIX se tinha uma visão pessimista do Brasil baseada na cartilha o modelo do darwinismo social, onde existiam civilizações superiores e as inferiores. “A nacionalidade brasileira parecia como uma espécie de elo fraco da corrente. Mas a ideia subjacente era a de que esse quadro de atraso e inferioridade poderia ser modificado, desde que o país conseguisse acelerar a sua marcha evolutiva” (VELLOSO, 2003, p.355). E a

grande arma para isso, como salienta Velloso, é justamente a ciência e seus intelectuais. “Definia-se o país como o resultado do meio físico e geográfico, da raça e do momento” (VELLOSO, 2003, p.355).

Pode-se perceber também como as secas do final do século XIX, principalmente a seca de 1877, geraram uma nova reflexão em torno dos sertões. Isso motivou também a criação, da já mencionada, Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e, por conseguinte, que a mesma financiasse expedições para o reconhecimento desses semiáridos brasileiros. A visão da ciência seria o aporte necessário para a modernização desse espaço. Entravam em cena três expedições criadas pelo Instituto Oswaldo Cruz entre 1911 e 1913. Havia uma intelectualidade que criticava os projetos de embelezamento das cidades que escondiam, em realidade, o verdadeiro Brasil dos “deserdados da pátria, vítimas do analfabetismo, da doença e da ignorância” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1992, p.22). Ou seja, a havia um Brasil “real” e um “legal” que se dava no contraste existente entre o urbano e o rural.

Nessa perspectiva, vale salientar o que aponta Suely Chacon: “(...) o fato de a imagem do Sertão ter sido associada à seca, à pobreza e à dependência parece ter estabelecido uma ‘concordância’ não discutível sobre esse estado de coisas. O meio ambiente considerado hostil é o principal responsabilizado e isso justifica uma suposta relação consensual entre a sociedade e seus governantes em torno desse ‘problema’” (CHACON, 2007, p.32). Perde-se, assim, o sertão como lugar de disputa, de luta e de negociações. Esse não é objetivo deste trabalho, mas é válido que se leve em consideração o sertão plural, onde as correlações de forças sempre estiveram e estão na base do discurso de dominação que paira nessa região. Entendemos que essas visões sobre essas áreas, construíram uma narrativa sobre o sertão como aquele lugar distante do poder público e dos projetos modernizadores. Chacon afirma que o semiárido teve sua história particularmente “associada ao seu caráter de território onde se instalou uma atividade acessória à outrora pujante economia açucareira da Zona da Mata. Ali não foi a mão de obra escrava que serviu de base ao sistema produtivo – no caso a pecuária – mas sim a unidade familiar atrelada ao que veio a ser o latifúndio” (CHACON, 2007, p.14). Sendo assim, para compreensão desse Nordeste/sertão/campo de concentração, deseja-se evidenciar, como apontam as reflexões de Angela Ferreira, George Dantas e Yuri Simonini, que esse interior que é o desconhecido, o deserto, deserto grande, sertão, foi uma operação linguística que ganhou contorno nos séculos XIX e XX. No entanto, uma parte em especial “seria objeto de atenção específico: o sertão da porção setentrional do Brasil, o interior assolado de tempos em tempos pelo fenômeno climático das secas” (FERREIRA, DANTAS, SIMONINI, 2012), como o caso do Ceará.

Frisamos, por fim, a importância de entender os fatores que marcaram a formação do Brasil rumo ao interior, ao sertão, refletindo novamente o que Bourdieu explica sobre o conceito de região. Para ele, as regiões são classificadas e definidas por uma imposição, muitas vezes, arbitrária. São resultados de uma luta das classificações e de um estado de relação de forças simbólicas e materiais (1989, p. 115). Aqui a invenção do Nordeste e do sertão como tais, ou mesmo, como praticamente sinônimos (Nordeste/seca/sertão) justificou a intervenção nesses espaços. Acreditamos também que este foi um dos motivadores que legitimou a construção dos campos de concentração do Ceará como política pública aceitável e possível à população sertaneja em tempo de crise climática. A imagem construída sobre a própria região Nordeste desde o século XIX, é um caminho de entendimento possível para pensar na feitura desses *campos*. Assim, voltamos aos conceitos de colonialidade/modernidade para refletir sobre os sertões. A ideia de que o Brasil devia seguir um modelo de sociedade que ora pensava na Europa como perspectiva possível e ora pensava os Estados Unidos, desconsiderava os modelos de vida locais e tentava impor, principalmente, ao interior do país, um protótipo de sociedade que não considerava as diferenças. Logo, controlar o território do sertão e sua população, tendo como justificava que necessitavam alcançar a modernidade é também fundamental para se entender os campos de concentração.

Os campos de concentração do Ceará: controle, trabalho, higiene e moralidade nos sertões

Um homem, Fabiano. Coçou o queixo cabeludo, parou, reacendeu o cigarro. Não, provavelmente não seria homem: seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase um rês na fazenda alheia. (Graciliano Ramos-Vidas Secas, 1938.)

O que esta epígrafe de *Vidas Secas* de Graciliano Ramos pode nos ajudar no entendimento sobre a formação dos campos de concentração de 1932? Ramos, ao narrar a história de uma família que migrava rumo ao sudeste em meio à seca, trata de diversas visões sobre o sertanejo. Dentre elas, a de Fabiano, o pai da família que migrava. Fabiano é o protótipo de um tipo de narrativa sobre os sertões, principalmente, sobre o latifúndio. Aqui nos interessa particularmente como esse latifúndio também foi parte constitutiva do que se consolidou em termo de sertão. Fabiano seria aquilo para sempre, “cabra, governado pelos brancos, quase um rês (um animal) na fazenda alheia”. Essa noção de um latifúndio que impera na vida dessa população, desse homem como Fabiano, pode também ser um caminho para se pensar como a IFOCS atuou estabelecendo campos de concentração no Ceará. Ou seja, da mesma forma que Fabiano seria aquilo para sempre, cabra governado pelos brancos, dominado por eles, os

campos de concentração também foram pensados dentro dessa narrativa de controle sobre os sertanejos e seus territórios. Podemos refletir, assim, no velho determinismo biológico que dominou projetos políticos em toda a América e que controlavam esse pobre, pequeno produtor, camponês, posseiro, meeiro, sitiante, categorias para tratar a população sertaneja. Novamente Quijano nos elucida sobre essa estrutura biológica que colocava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Aqui, latifúndio e os campos de concentração estão unidos para “solucionar” a crise climática da seca de 1932. E sua população sentiu o peso dessa forma de controle, tanto que chamava os campos de concentração de currais.

Ao refletirmos estes aspectos mencionados, em 1932, sob a gestão da IFOCS e aval do ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida e do, então, presidente do Governo Provisório Getúlio Vargas foram criados sete campos de concentração espalhados por diversas áreas do Ceará: Crato chamado campo do Burity, Senador Pompeu chamado campo do Patú, Quixeramobim, Cariús, Ipú e dois no centro de Fortaleza, chamados Urubu (ou Pirambú) e Tauape (antiga feira do Matadouro Modelo), de modo que contemplassem sertanejos de diversos locais. Estes sete *campos* foram organizados sistematicamente. Primeiro os retirantes eram alistados e deviam permanecer neles para se deslocarem para as obras públicas. Segundo, os *campos* impediam as retiradas a esmo para outras cidades ou para o litoral. Muitos desses *campos* incluindo, principalmente, o de Senador Pompeu, onde existem ainda atualmente os resquícios de suas estruturas, os retirantes ficavam confinados em um casarão e não podiam sair sem autorização da IFOCS. De acordo com Frederico de Castro Neves, *os sete campos* “chegaram a receber 185.000 pessoas” (NEVES, 1995, p. 104).

Podemos pensar, neste aspecto, na própria criação da Inspetoria. Uma digressão se fez importante nesse sentido. Os intelectuais que pensavam o Brasil no começo da República, formados em Direito, Engenharia, podendo também ser militares (LIMA, 1999, p.8), eram homens da ciência que deveriam agora tomar parte do país a fim de transformá-lo. “Ao mero reconhecimento do espaço como nas narrativas de viajantes do século XIX, juntava-se o expediente de intervir neste mesmo espaço” (MORAES, 2010, p.31). As reflexões da época passavam a encarar os problemas rurais a partir dos saneamento rural e da questão agrária. “Propiciar saúde e educação ao trabalhador rural e reeducar o latifúndio eram as metas a serem atingidas” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1992, p.22). Isso se dava no encontro entre a ciência e essas regiões, ganhando espaço principalmente as teorias eugênicas que se baseavam na “‘higiene racial’ e ‘ciência do aperfeiçoamento humano’”(GOUVEIA, 2016, p.22). Tal movimento ganhou amplo espaço na América Latina, tendo sido iniciado na Europa no final do século XIX e início do XX. No que se refere ao social, a eugenia acreditava no “melhoramento

racial para o aprimoramento humano” (GOUVEIA, 2016, p.22). Relaciona-se a isso o fato de considerar o “impedimento do ‘cruzamento indesejável’ e a união com os ‘mais bem-dotados’ (GOUVEIA, 2016, p.22). Tal teoria acabava por justificar aquilo que as classes dirigentes entendiam como Brasil: “os brasileiros não haviam promovido o desenvolvimento harmônico da nação porque o clima e a mistura com as raças inferiores geravam uma população preguiçosa, ociosa, indisciplinada e pouco inteligente.” (GOUVEIA, 2016, p.22). Logo, a inferioridade biológica tornou-se ponto central para a condução do país e a intervenção em espaços como os sertões cearenses. Por isso, alguns intelectuais baseavam-se nas ideias da ciência europeia que tinha por premissa a desigualdade biológica das raças. Assim com também foram influenciados pelo panorama norte-americano, em que o “‘darwinismo social’, ao pregar a sobrevivência dos mais fortes – os de raça branca-, tornava legítima a ‘conquista do Oeste’”(GOUVEIA, 2016, p.23).

No contexto dos anos 1930, no entanto, e consolidado nos anos 1940, a imigração estrangeira e a crença no braqueamento foram questionadas. A ideia de que era o imigrante que traria ao Brasil o crescimento, e era ele quem tinha o “éthos do trabalho e uma preocupação com o futuro que os nacionais não possuíam” (GOMES, 2013, p.51) não se sustentava mais. A mestiçagem passava a ser a solução. Éramos um território de um “‘povo mestiço’” (GOMES, 2013, p.51). Não necessitava-se mais usar a mão de obra imigrante, mas sim do próprio nacional. “O Brasil realizava um grande esforço de valorização do homem e da terra” (GOMES, 2013, p.52). É dentro dessa perspectiva que se buscava também revelar os sertões. Nas primeiras três décadas do século XX se afirmava essa necessidade do encontro entre cientistas e as populações do interior (LIMA, 1992, p.XV).

Outra questão importante, de acordo com Marly Rodrigues, é que os males do país residiam também no problema da saúde. O Brasil era visto como “um imenso hospital”, sendo a nação um organismo que estava doente e precisava ser curado. Para tanto, a educação seria louvada como a “cura” para esses males. A autora explica que, para as populações do campo, eram necessários que a educação e a saúde fossem orientadas pela ciência e pela tecnologia, que levariam ao avanço da pátria. A razão e a ciência como os meios eficientes de desenvolvimento do campo e do país eram ponto comum entre profissionais da educação e da saúde (RODRIGUES, 2010, p.65-66). As ideias estavam pautadas, mais uma vez, no modelo norte-americano liberal, que deveria construir uma sociedade moderna, racional e um cidadão apto ao trabalho e conhecedor de seus direitos e deveres. Logo, essas reflexões que permeavam a ciência e a intelectualidade brasileira do final do século XIX e no século XX, dentro das mudanças inerentes aos contextos, pensaram como intervir nesse interior, aqui,

especificamente, nestes sertões. E a IFOCS é um exemplo claro do encontro da ciência com o interior, como reflete Lima. As intervenções da Inspetoria, estavam articuladas com a maneira como os engenheiros que a comodavam e o Ministro da Viação pensavam soluções técnicas para o semiárido e a seca de 1932. Não trataremos neste artigo as diversas vertentes em que a escola de engenharia deste contexto pensava sua atuação. No entanto, é válido destacar, tal como Lima analisa, que agora se fazia necessário intervir nesses espaços. Articulava-se essa intervenção territorial à modernidade, valorizando o homem e a terra, como explica Angela de Castro Gomes. Consideramos que este tema é fundamental para refletir o lugar dos campos de concentração, dentro desta trama modernidade/controla territorial.

O Ministro José Américo de Almeida destacava, portanto, em um de suas falas, que era imperioso que os sertanejos permanecessem nos sertões e que lhes fossem oferecidos trabalho. Muitos sertanejos se aglomeravam nas cidades pedindo ajuda do Governo e a solução de Américo de Almeida foi:

Concentrei todos os sem trabalho, porque a seca não passa de desemprego rural. Cessando as chuvas, cessam as atividades agrícolas (...) O Sertão ficava numa verdadeira prostração. Desorganizava-se todo o trabalho. Mas eu não somente concentrei o pessoal como distribuí enxadas, cimentos. Mas, para mostrar como o sertanejo é apegado ao Sertão, quando chove, esteja onde estiver ele volta (ALMEIDA, 1984, p.216).

Concentrei os sem trabalho, dizia acima Almeida. O problema dos sertões e da seca era o desemprego rural que deixava o sertão na prostração, desorganizava-se o trabalho e, por isso, ele concentrou os sertanejos. Concentrar era colocá-los nos campos de concentração, era isolá-los. Porque dali podiam enviá-los para as obras públicas. E assim, os campos foram legitimados com essa justificativa. Concentrando em um só lugar ficava mais fácil de organizar e impedir a “prostração” dos sem-trabalho. O desemprego, portanto, era o principal problema a ser atacado. Para isso, Almeida distribuiu enxadas, cimentos, e tal estratégia estava inserida no próprio pensamento do contexto de 1930, em que a disciplina em relação ao trabalho mudava. Ou seja, era necessário não apenas dar trabalho ao pobre, ao desempregado, era preciso ensiná-lo a trabalhar com suas próprias mãos, para que soubesse desempenhar seu ofício e não apenas exercê-lo a esmo, sem um “aprendizado”. Por isso, Neves explica que foi somente o Ministro Américo de Almeida que “irá se referir ao problema dos ‘sem-trabalho’, ou mesmo os ‘sem-trabalho’ como o problema, instaurando um novo olhar sobre a questão” (NEVES, 1995, p.107). Neste sentido, o autor afirma que “isolar não era mais suficiente; será preciso intervir no cotidiano destes ‘invasores’, disciplinar seus corpos e suas mentes, estabelecer um *critério de organização*” (NEVES, 1995, p.107). Logo, o trabalho era uma forma de controle da vida dos

pobres, e esse ponto é crucial para a consolidação dos campos de concentração. A necessidade de que não se estimulasse a “mendicância”, que poderia dar espaço aos “vícios” da caridade se fazia constante nesse período. Neves afirma, nesse sentido, que na década de 1930:

(...) declinou-se a criação de entidades beneficentes e aumentou-se a fundação de organismos, na maioria estatais, de apoio ou estímulo aos “trabalhadores”, “operários”, “agricultores”, eufemismos para os pobres que pressionam periodicamente os equipamentos urbanos (NEVES, 1998, p.98).

Portanto, uma população que não trabalhava, não progredia, não prosperava, imperava-se o atraso, o caos e a desordem. Era preciso, portanto, intervir nos sertões para organizá-los. O domínio do território perpassa o próprio conceito de região que nos valem de Bourdieu para pensar o Nordeste. Com isso, nesse contexto, houve o estímulo do próprio governo federal para que os sertanejos permanecessem no seu lugar ou, em outra instância, fossem desbravar como novos bandeirantes as terras do Amazonas com seu ímpeto de homens “fortes” e “lutadores”, bem comum à ideia euclidiana de entender esses espaços. Por isso, Américo de Almeida dizia que havia acabado com a evasão e teria concentrado o pessoal para que permanecesse na zona. Segundo Verónica Secreto, era necessário que cada um tivesse um lugar no Brasil de Vargas, e para isso o mesmo se utilizou de uma metáfora espacial, “o Brasil em que cada um tinha seu lugar contrapunha aquele do passado em que nem todos os tinham. O Brasil da unidade era um somatório de lugares. O lugar do sertanejo era no sertão” (SECRETO, 2007, p.75-76). Nesse sentido, no Brasil onde o lugar do sertanejo era o sertão, a ideia de concentrá-los e isolá-los seria utilizada como forma de controle e vigilância de suas populações. Daí, novamente, os *campos* justificavam tal intento, porque era necessário, em realidade, que o sertanejo ficasse no seu lugar. Era preciso que o Nordeste resolvesse esse “problema”. A metáfora especial, a qual Secreto se refere, se fez presente nos sertões, tal como o controle sob seu território e sua população. Por isso, no relatório do inspetor Luiz Vieira colocava-se que era necessário que os socorros fossem distribuídos de maneira sistemática, para evitar o descontrole das esmolas, o socorro direto e, assim, também as migrações:

Em substituição ao socorro direto que forçosamente se fazia nas residências, institui-se o alistamento sistemático; em consequência superlotaram-se as turmas, prejudicou-se a administração, anulou-se quase por completo o controle, mas se evitou dentro do possível o socorro direto, a esmola humilhante e desmoralizadora (VIEIRA, Vol I, 1934,p.11).

Getúlio Vargas, aliado a um discurso que via no operariado urbano sua mola propulsora de ascensão ao poder, acabou por entender que o trabalho era uma metodologia disciplinar que colocava a população em produção. Ora, o trabalho também estimulava o crescimento do

mercado interno e, principalmente, no que diz respeito ao campo, afastava o fantasma do *plantacionismo*. Com esse discurso, Vargas afirmava a necessidade de incorporação real do capitalismo no campo. Os sertões, nesta perspectiva, também vão ser pensados dessa forma, dentro desse panorama. Por isso, novamente, podemos pensar na ideia de modernidade como via possível para tratar o controle territorial dos sertões, em meio a um país que pretendia avançar rumo ao progresso. Como mesmo analisa Mignolo, a América é fruto dos legados coloniais (modernidade/colonialidade) e o Brasil não estaria de fora desta narrativa.

Dentro dessa ideia de sociedade moderna, também podemos refletir como os discursos em torno da ociosidade, da mendicância e da vagabundagem, que são datados desde o período pós-abolição, responsabilizavam ainda mais os indivíduos pelas suas condições sociais preexistentes, ou mesmo por não conseguirem trabalho, tornando-se vadios, vagabundos e mendigos. Com isso, era necessário expulsar essa população ociosa dos centros urbanos. Logo, o discurso do final do século XIX propunha que a vadiagem era causada pela falta de trabalho que, conseqüentemente, arrastaria a população à criminalidade. Segundo Sidney Chalhoub, toda pessoa ociosa era aquela que “se negava a pagar sua dívida para comunidade por meio do trabalho honesto” (CHALHOUB, 1986, p.74.). No contexto do século XX e ainda mais com a entrada de Getúlio Vargas no cenário político, a ideia de transformar o brasileiro em um exemplo de trabalhador, contra os vícios de uma vida ociosa, se aprimorou e se consolidou no país. Era preciso que a população trabalhasse para que o país progredisse.

Em conjunto com a disciplina do trabalho, em nome de uma vida mais digna para a população sertaneja neste período de crise climática, se pensou a organização desses dos campos de concentração. Na entrada dos sertanejos foram necessários alistamentos sistematizados: homens, mulheres e crianças, expostos nas concentrações, eram mandados para as obras públicas na construção de açudes e estradas de ferro. Segundo Frederico Neves, os *campos* “eram cercados e vigiados por homens armados, sob o comando do próprio Chefe de Polícia, na capital, e dos Prefeitos” (NEVES, 1995, p.114). Levando em consideração também que muitos dos capangas que vigiavam os *campos* de 1932 eram os próprios sertanejos. Kênia Rios(2001) nota que os que se adaptavam mais facilmente à nova ordem eram beneficiados com melhores rações. Dessa forma, a legitimidade da ação só foi posta em prática porque havia alguns sertanejos que acabaram por aceitar e se adequar ao modelo dos *campos* imposto pelo governo federal e pelos municípios.

Segundo Kênia Rios(2001), esses campos funcionavam como uma prisão: os que lá chegavam não poderiam mais sair, ou melhor, só tinham essa permissão para se deslocarem para as obras públicas. A IFOCS, em 1932, em um dos seus relatórios enfatizava a criação dos

campos de concentração porque a extensão do flagelo só aumentava com seu *cortejo de misérias*, sendo necessário que se estabelecessem socorros imediatos “com a organização rápida de novos serviços, assistência direta, transportes, concentrações, enfim todas as medidas prontas e decisivas para impedir o êxodo em massa” (VIEIRA, Vol I, 1934, p.42) e para evitar também que os flagelados em multidão pudessem invadir as cidades, com seu perigo de disseminação de epidemias, de banditismos, das misérias conhecidas em secas anteriores. O incomodo estava na própria figura do sertanejo que era vista como sinônimo de doenças e epidemias ou mesmo de incivilidade. Essa ideia causava o medo das multidões, dos saques e, que às revoltas que aconteceram em secas anteriores pudessem ocorrer também em 1932. Assim, novamente, é possível refletir os antigos conceitos como civilização e barbárie que nasceram no bojo da ideia de Estado-nação no século XIX. Ou seja, analisamos com a noção de racialidades, onde se tinha uma raça que podia dominar outra em nome da civilidade, podia ser vista como forma de intervir nos sertões, ainda mais em período de seca. Mesmo que nessa conjuntura o sertanejo fosse glorificado pela sua força e resiliência, ainda era visto como o outro, o diferente, se comparado ao modelo de sociedade moderna e civilizada.

Em 1923, por exemplo, segundo Frederico de Castro Neves, muitos sertanejos tentaram assaltar trens em Senador Pompeu. O autor nota que os sertanejos aprenderam a manifestar-se e suas reivindicações passaram a ter a praça pública para o protesto. Com isso, negociavam “através da pressão direta, dos pedidos e exigências, dos saques e, especialmente, da exposição pública de suas misérias, que a seca aguça e dá visibilidade” (NEVES, 1998, p.7). Mais uma vez, a seca passava a ser um problema secundário diante do medo das elites locais e do próprio governo federal, o medo do inoportuno flagelo. Kênia Rios destaca que na seca de 1932 havia a tentativa de consolidar um discurso do civilizado, para que não se permitisse que os flagelados se tornassem bandidos. O projeto procurava, “disciplinar os retirantes, buscando ser humanitário e civilizador, ou seja, moderno, em sintonia com o progresso” (RIOS, 2001, p.37).

No *Correio da Manhã*, uma reportagem de 1932 falava sobre a importância dos campos de concentração, já que não havia serviços para toda população faminta. O jornal também relatava em números, dizendo que eram “mantidos, no Ceará, 65.000 pessoas nos campos de concentração custeados pela Inspetoria.” Alegava que esses *campos* resultavam da mais perfeita organização do governo do Estado, “até que seja adquirido material de construção completo para todas as obras em andamento” (CORREIO DA MANHÃ, 1932, p.5). O apoio aos campos de concentração vinha, na maioria, da imprensa, das elites locais, bem como dos latifundiários, porque por meio deles poderiam manter longe dos olhos da população toda a miséria dos sertanejos. Ou mesmo podia-se evitar às migrações, que significavam para os fazendeiros

perdas de braços. Vale destacar que havia *campos* que ficavam próximos aos bairros mais pobres de Fortaleza. Kênia Rios destaca que dois deles, localizados na capital, eram os mais disciplinados: “esses campos chegaram a fazer parte do roteiro turístico da ‘Noiva do Sol’, conquistando elogios e doações de visitantes” (RIOS, 2001, p.59). Logo, o sertanejo era tratado como o outro, o exótico, a ser controlado. Por isso, o campo de concentração podia receber elogios, nesse sentido. Aqui, reiteramos que uma antiga noção de superioridade/inferioridade, modernidade/colonialidade, também são vias possíveis para entender o domínio do espaço do sertão na seca de 1932 e seus campos de concentração. Pensamos se o sertanejo não era visto como uma população passível de ser dominada, porque mantinha certos costumes arcaicos, que o impedia de progredir.

Outro exemplo que está atrelado a esse controle por meio do discurso do trabalho encontra-se em todo o relatório do engenheiro Luiz Vieira de 1931-1932. Há um trecho emblemático em que ele se refere a admissão de mulheres e crianças nas obras, justificando que isso se dava porque muitas dessas mulheres eram as provedoras de seus lares, e em relação às crianças porque muitas eram órfãs e precisavam de trabalho para cuidar dos seus irmãos. O inspetor chegou mesmo a dizer que os homens permaneciam na ociosidade das concentrações, enquanto as mulheres preferiam se alistar nas obras:

Ao serem encaminhadas levas numerosas do campo de concentração de Buriti para construção do açude de Lima Campos, os chefes de família, em meio à viagem volviam a ociosidade das concentrações, enquanto as mulheres, viúvas de novo gênero, se alistavam nas obras onde recebiam as diárias indispensáveis a família, em troca de um concurso limitadíssimo. Tive ocasião de constatar a existência de mais de 300 mulheres, nessas condições, no Lima Campos, em fins de 1932. Como esse, vários exemplos houve. Muitas vezes, em lugar de mulheres abandonadas e viúvas, eram responsáveis pela família, crianças de 10, 12 e 15 anos, que de um momento para o outro, perdidos pai e mãe, tinham que buscar com o suor do rosto o sustento de seus irmãos. Outras vezes, famílias de 8, 10 e mais pessoas tinham como amparo único o chefe cujo a diária de 2\$500 era evidentemente insuficiente as exigências da alimentação. O aspecto humanitário do caso influi, como se pode imaginar, poderosamente na admissão de menores nas residências de construção (VIEIRA, VOL I, 1934, p.62).

Para que a disciplina e a ordem fossem postas em práticas admitiram-se, então, mulheres e crianças nas obras. Eram eles que com o suor do rosto davam o sustento a sua família, trabalhavam, mas nunca esmolavam. O discurso do trabalho era natural e por isso era humanitário pensar nessas admissões. Era por meio do trabalho que eles conseguiam prover seus familiares. E quando famílias enormes tinham uma verba diária que não era suficiente nem para a alimentação, as crianças iam trabalhar para levar o que faltava ao seu lar. Ora, era isso que podia os dignificar, evitando qualquer vício da mendicância e ócio, fosse homem, mulher

ou criança. O que era mais importante é que provessem seus lares e suas famílias e fossem honestos trabalhadores.

Pensamos nesse sentido, que o contexto do capitalismo como estrutura de controle do trabalho, como analisa Quijano, está constituído na história da América por meio “da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário” (QUIJANO, 2005, p.108). Tal estrutura está inserida no que autor chama de “colonialidade do poder”. Podemos pensá-la, dentro das mudanças inerentes aos contextos, como ela se perpetuou no século XX, ou seja, refletimos essa característica dentro daquilo que Quijano analisa como fundamental para o entendimento da sociedade latino-americana: a ideia de raça ligada às novas concepções de controle do trabalho. Esta reflexão interessa-nos particularmente, porque tratamos de conceber os semiáridos cearenses a partir também das racialidades. Evoca-se, assim, esse conceito, por entender que as diversas categorias que formaram o mundo dos sertões como o sertanejo, o posseiro, o meeiro, o camponês, o vaqueiro, foram concebidas por meio das racialidades (o encontro do índio com o negro, do português com o negro e com o índio, a mestiçagem, essa mescla, fez parte da formação social do sertão). Ou seja, as diversas formas de entender essas localidades ainda estavam inseridas numa construção discursiva de inferioridade e superioridade racial. Ainda que o sertanejo não seja obviamente uma raça, ele está pensado dentro desta categoria. Isso implica refletir o mundo do trabalho dentro do que Quijano entende como raça e divisão do trabalho estruturalmente associados e reforçados mutuamente, colocando em questão o uso da mão de obra sertaneja em determinadas funções. Ou seja, o sertanejo: homens, mulheres e crianças podiam ter sua mão de obra empregada em obras públicas mesmo que muitos não tivessem condições de exercer esse ofício. Isso porque entendia-se que eles se enquadravam nesse “tipo” de trabalho. Sua condição sertaneja permitia que essa admissão em obras públicas fosse algo natural. O mundo do capital faz com que certas pessoas possam exercer certos ofícios e outras não. Ou seja, certas raças podem trabalhar em algumas atividades porque são superiores ou inferiores. Isso é o que o autor conceitua como dominação/exploração, raça/trabalho (QUIJANO, 2005, p.109), e que tratamos de entendê-la como a gênese das estruturas com as quais nos deparamos no contexto do século XX, aqui especificamente na década de 1930. A colonialidade do poder, ainda perpassava a ideia que se tinha sobre a população do interior.

Logo, ao refletir sobre esse domínio e controle do território, tratamos de um contexto em que “o campo e seu homem são tomados como objetos naturais da governabilidade” (LINHARES & TEIXEIRA, 1999, p.112). Neves afirma que “o trabalho nesse momento passa

a ser visto com ‘aspectos pedagógicos’, como um antídoto à criminalidade e à mobilização indesejada” (NEVES, 1998, p.150), o que se pretendia “era manter o trabalhador em atividade física árdua, na qual novos saberes técnicos são incorporados” (NEVES, 1998, p.150). Segundo Linhares e Teixeira da Silva, o que se tinha nesse momento era concepção de que o homem tradicional do campo era visto como um problema, um entrave ao desenvolvimento pleno do Brasil. “Para os homens que assumem o poder na década de 1930, o desenvolvimento é sinônimo de indústria, de população bem alimentada, saudável e de erradicação do analfabetismo e de endemias”(LINHARES & TEIXEIRA, 1999, p.126).

Por isso, além da disciplina do trabalho, houve também outras formas de controle por meio da higiene e da religião. O Brasil que era um imenso hospital, como analisa Marly Rodrigues, encontrava nos sertões seu maior exemplo de intervenção, e a necessidade de “curá-lo” em meio uma seca se fazia presente nos relatórios da IFOCS e do Ministro da Viação.

Américo de Almeida, em uma entrevista à Aspásia Camargo e Eduardo Raposo et.al., justificou a criação dos *campos* dizendo que conseguia, com eles, parar a evasão das muitas pessoas que ele não queria que partissem dos sertões e, porque não havia obra suficiente para tantos retirantes, foi necessário mantê-los em algum lugar. Américo dizia que forneceu inclusive nos *campos* enxovais para casamentos. Os flagelados namoravam e também casavam, tendo como resultado positivo a diminuição das retiradas. Na mesma entrevista, dava ênfase que obrigou aos retirantes a vacinação de tifo e disenteria: “às vezes, para vacinar, era preciso até amarrar” e “depois ficaram fazendo a vacinação sistemática e as endemias foram sendo mais ou menos dominadas”(ALMEIDA, 1984, p.215), colocou ele.

Atestando tal fala do ministro, observa-se que, entre diversos ofícios e relatórios inspetoriais encontrados no ano de 1932, a maioria deles recorria à preocupação com o problema da higienização. Em grande parte, solicitavam vacinação e revacinação e assistência médica nos campos de concentração de flagelados e nas obras públicas. Isso se deu porque, para os engenheiros da IFOCS, como relatava Luiz Vieira, o sertanejo não tinha hábitos de higiene e quando se amontoavam nas obras acabavam por gerar surtos epidêmicos de diversas doenças:

A aglomeração rápida em local não preparado convenientemente, a falta de hábitos de higiene na população sertaneja, o seu depauperamento físico, a falta de aparelhagem suficiente para tratamento do considerável volume de água a ser consumido e por ultimo a escassez desse elemento, deram origem a surtos epidêmicos violentos principalmente de tifo, paratifo e disenteria(VIEIRA, VOL I, 1934, p.53).

No mesmo relatório, ele descreveu a situação sanitária do açude Feiticeiro ao ministro José Américo de Almeida expondo que havia piorado a situação dos operários: “Minha última inspeção tive oportunidade observar estado sanitário nossos núcleos trabalhos têm piorado sensivelmente atingindo certos pontos aspecto alarmante, como açude Feiticeiro, que conta acima duzentos doentes, parte paratifo, parte suspeito”(VIEIRA, VOL I, 1934, p.54).

No boletim de serviços de saúde pública do Ceará, de 16 a 21 de maio de 1932, constava que foram vacinados 662 homens e 242 mulheres, totalizando 905 pessoas. No mesmo mês, dos dias 23 a 28 do corrente ano, foram vacinados 304 homens e 463 mulheres, totalizando 767 pessoas. Em todo o mês de maio, foram vacinados nos campos de concentração, segundo Diretoria de Saúde Pública contra a profilaxia de varíola, doença que ocasionou milhares de mortes em 1877 e 1915, 2.393 homens e 1626 mulheres, resultando no número de 4.019 sertanejos.

No mês de junho, ofício do dia 04, mostrava a tabela com 226 homens vacinados e 246 mulheres, finalizando 472 pessoas, até aquele presente momento. Em todo o corrente mês e ano, foram vacinados 817 homens e 728 mulheres, totalizando 1545 vacinados contra profilaxia. Em julho, durante todo mês foram vacinados 398 homens e 371 mulheres, 769 vacinados, totalizou-se no mesmo mês 6351 vacinações contra tifo e contabilizou-se 292 obtidos. No mês de agosto, há uma listagem referente do boletim dos serviços executados nos campos de concentração de Pirambú (localizado na capital Fortaleza em um bairro pobre e afastado, chamado também de campo de concentração do Urubu), Ipú, Cariús, Patú e Crato (Burity) constando o balanço de consultas clínicas de obstetra, otorrino, pediatria e clínica geral, resultando em 22 partos, 3 abortos, 10.417 consultas clínicas totais, além da vacinação anti-tífo ter sido no número de 3.641, com o número de óbitos de 545 sertanejos (DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA, 1932).

Getúlio Vargas, em seu discurso pronunciado no Ceará em 1933, dizia que foram organizados campos de concentração onde transitaram mais de “um milhão de pessoas atendidas com serviços profícuos de higiene e assistência, sendo grande número delas localizado em diversos Estados do Norte” (VARGAS, 1933, p.378-379). Havia *nos campos* “postos médicos, cozinha, barbearia, casebres separados por família” (RIOS, 2001, p.113) de modo que os flagelados não precisam de lá saírem em nenhuma hipótese. A regra era a higienização, purificação e disciplinamento para o trabalho.

No *Correio da Manhã*, estimava-se o número de retirantes dos campos. Em Fortaleza, 2.500 homens; Ipú, 5.000; Senador Pompeu-Patú, 3.200; Cariús, 19.000; Buruty, 24.500. Foi necessária uma vigilância, portanto, nos hábitos de higiene desses sertanejos tidos como

pessoas sem costumes educacionais mínimos de limpeza. Em outra reportagem do *Correio da Manhã*, de 1933, o jornal ressaltava a resposta da IFOCS, ao pedido de maior cuidado com saúde dos flagelados:

O Serviço de Assistência Médica aos operários das Obras Contra as Secas bem como as populações concentradas, compreenderá 19 postos sanitários, quatro hospitais regionais e cinco residências sanitárias localizadas nos campos de concentração existentes, além das unidades centrais de direção, contabilidade, farmácia, almoxarifado e expedição (CORREIO DA MANHÃ, 1933, p.4).

De acordo com Kênia Rios (2001), o discurso da higienização e institucionalização da higiene começou com a seca de 1877, mas a preocupação efetiva com a saúde do sertanejo que se deslocava se consolidou em 1932. Por isso se dizia que o projeto da Inspetoria para os sertões era de fim humanitário, protetor e civilizador. Logo, a Inspetoria tratou de realizar um plano de vigilância sobre os corpos dos sertanejos, para que se obtivesse uma mudança no seu comportamento em relação à higienização. A autora relata que muitos sertanejos não usavam os banheiros das concentrações, mostrando primeiro que eles iam contra as medidas de higiene e segundo, que seus hábitos eram diferentes, a maioria deles não possuíam, naquele período, banheiros em suas residências. Ainda referiu-se ao banho, uso do sabão e as raspagens dos cabelos dos homens como medidas de controle e tentativa de engendrar novas maneiras de noção do corpo, da intimidade, e da noção de vergonha entre as mulheres e os homens nos campos de concentração.

Mais uma reportagem do *Correio da Manhã* de 1933 destacava bem a visão das elites daquele tempo e o medo das epidemias. Dizia a reportagem que os campos de concentração dispunham de uma assistência médica e sistematizada, que todas as pessoas eram obrigadas à vacinação e teriam sido contratadas comissões de médicos e corpo de enfermeiras para os diversos hospitais de emergência que estavam em funcionamento. Para Kênia Rios, “o discurso de higiene servia de justificativa para quase todos os (ab)usos do poder durante a seca de 1932” (RIOS, 2001, p.113) destacando que o discurso médico, aliado ao capitalismo, tentava formar um novo homem sertanejo, dentro da ótica da moralidade e da modernidade. Novamente, o conceito de modernidade fazia parte do controle sobre o território e sua população.

Sabe-se que, apesar das incursões médicas, muitos sertanejos morreram nessas concentrações porque nelas as condições higiênicas básicas não existiam. Também havia resistência dos retirantes à vacinação, e diversas manifestações contra a obrigatoriedade da disciplina médico-sanitária ocorreram nesse período. Os sertanejos entendiam de uma maneira própria a ideia de doença e cura, muitas vezes ligada a uma religiosidade própria, como analisa Rios. Um relatório da IFOCS de 1932 discorria que o estado sanitário dos sertões do Ceará

havia piorado, principalmente em relação às populações das construções das obras da Inspetoria. O estado sanitário das obras estava alarmante, com as moléstias contagiosas como a tifo-disenteria. Uma comissão havia sido mandada para as obras para a vacinação com a educação sanitária dos sertanejos, que era vista como a salvação dos sertões.

Américo de Almeida justificou também em seu discurso sobre os campos de concentração que deu enxovais para casamentos. Em todos os *campos*, havia assistência da Igreja Católica, aliando disciplina à moralidade cristã. Kênia Rios (2001) salientou que, desta forma, se congregava a higienização e a disciplina em conjunto com o discurso da própria Igreja Católica, principalmente no que se refere ao sagrado e ao profano. Os sertanejos não viam no matrimônio a mesma importância que os clérigos. Como muitos viviam em localidades em que a Igreja não conseguia abranger sua atuação, estavam acostumados às suas próprias experiências religiosas, sem levar em conta os sacramentos, como analisa Rios.

Por fim, em 1933, em notícia do *Correio da Manhã* e em ofícios encontrados no Arquivo do Ceará mostraram que o interventor Carneiro de Mendonça mandou esvaziar os campos de concentração do Ceará, com as possíveis chuvas que começavam a cair naquele ano; foi o fim dessa medida.

Considerações finais:

Frederico de Castro analisa que *os campos* não só foram a materialização das abordagens e projetos de sociedade que o Brasil buscava na década de 1930 também para os sertões, como eles próprios produziam novos saberes e novas formas de poder. Ou seja, os critérios de organização desses campos, de acordo com o autor, expressavam o poder disciplinar que se procurava estabelecer nas relações com os retirantes. “Regulamentação rigorosa, imposição de atividades incessantes, controle de movimentos, adoção de hábitos higiênicos, fazem parte de um conjunto de ações destinadas a intervir no cotidiano destes homens concentrados nos campos” (NEVES, 1995, p.111).

Nos interessou em particular, para este trabalho, abordar o campo de concentração dentro da ideia de controle do território do sertão e de sua população. Por isso, nos valem do conceito de Pierre Bourdieu, em que pensar uma dada região é considerar sua dominação e sua construção histórica. Quando se define uma região, que se homogeniza quando se limita, se estabelece aí também a necessidade de eliminar as diferenças existentes. O campo de concentração, pode ser pensando por meio dessa produção das diferenças. Essa “solução” encontrada para a seca de 1932, pode ser vista dentro de uma antiga noção de intervenção dos espaços, do encontro do litoral com o interior, da ciência com o sertão. O sertão aqui como o

espaço do outro, de uma criação também discursiva-imagética que coloca esse lugar sobre o espectro do atraso. Logo, a disciplina que se impusera dentro dessas localidades, fosse por meio do trabalho, da higiene e da moralidade cristã, nada mais foi também do que fruto de uma ideia de se entender a sociedade brasileira, e logo, o sertão. A dicotomia que perpetuava-se ainda em 1930, de um litoral moderno que devia avançar rumo a um sertão atrasado, justificava diversas intervenções sobre esse território, inclusive legitimava os campos de concentração. Se havia subdesenvolvimento, era porque havia falta de disciplina de trabalho, de higiene, ou de moralidade. Essas noções são parte constitutiva de um modelo de sociedade moderna que se consolidou, principalmente, no final do século XIX. No século XX, o discurso científico vai aprimorar essa visão, e foi ele que afirmou a separação existente entre elite intelectual dominante (detentora do conhecimento, por isso, capaz de pensar, agir e organizar a sociedade rumo ao progresso) e a população sertaneja (“inculta”, “ignorante”, que necessita ser “tutelada”) (PEREIRA, 2002).

Reiteramos a ideia de modernidade, nesse sentido, e Walter Mignolo pode nos elucidar a historicidade da mesma. O autor explica que “a configuração da modernidade na Europa e da colonialidade no resto do mundo (com exceções, por certo, como é o caso da Irlanda), foi a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa” (MIGNOLO, 2005, p.36). Isso significa pensarmos o Brasil, portanto, definindo o lugar dessa colonialidade que é constitutiva, como mesmo coloca Mignolo, da modernidade. Isso se deu, claramente, na história local brasileira. Esse mundo moderno/colonial deixou seus rastros na forma de se entender os sertões cearenses. Mignolo conceitua todas essas correlações de “colonialismo interno”, que é, assim, a diferença colonial exercida pelos líderes da construção nacional”(MIGNOLO, 2005, p.41). Portanto, entendemos que esse “colonialismo interno” formou também o modo do Brasil pensar os sertões. Em 1932, a que pese as diferenças históricas que permeiam o próprio contexto, pensar nessa modernidade/colonialidade como forma possível de entender a intervenção e a implementação dos campos de concentração também é viável. Porque entendemos que a modernidade se faz e se refaz controlando regiões, corpos e mentes, por isso, era factível, no governo centralista de Vargas, que um campo de concentração fosse posto em prática nos sertões.

Logo, Aziz Nacib Ab’Saber ressalta que o que restou sobre o Nordeste seco(sertão) foram “observações pontuais e desconexas sobre o universo físico e ecológico”, apresentado com terra “dotada de solos pobres (...) habitada por agrupamentos humanos improdutivos, populações seminômades corridas pelas secas, permanentemente maltratadas pelas forças de

uma natureza perversa” (AB’SÁBER, 1999,p.8). O autor afirma ainda que muitas dessas narrativas, em realidade, “são inverídicas e, sobretudo, fora de escala, constituindo o enunciado de fatos heterogêneos e desconexos, por um processo de aproximações incompletas” (AB’SÁBER, 1999, p.8). Nesse sentido, a IFOCS só constata e coloca em prática esse tipo de discurso que Ab’Saber analisa. As narrativas tão perigosas sobre os sertões nordestinos, fizeram com que instituições como a IFOCS, ao aplicar suas políticas públicas para esse espaço, como os próprios *campos*, os vissem a partir dessas visões preestabelecidas historicamente sobre esse território e suas populações. O Ceará, nesse sentido, ganha destaque por ser uma área fortemente marcada pela seca, com uma população que necessitava sempre ser controlada, vigiada, tutelada.

Sendo assim, como analisa Ivaldo Lima: “é preciso que se diga que o uso político do território implica relações de poder as quais se projetam nesse território por meio da participação – controle direto – ou da representação política – controle indireto. Isso vem a constituir exatamente a interface espaço-poder” (LIMA, 2007, p.114). A todo momento frisamos o papel que ocupa esse espaço-poder, como explica Lima. O território, como participação e representação política, faz parte da construção também desse sertão e pode ser pensando na consolidação do próprio campo de concentração. E isso implica pensar uma perspectiva político-geográfica, como analisa Lima. Essas regiões fazem parte do campo de disputa dos diálogos políticos que tem como base suas ações a partir do território. E no momento que se desejava intervir nesses espaços, se consolidava um certo tipo de visão, uma certa narrativa, um certo olhar sobre eles, que estão e são base das disputas de poder político que a própria região encarna em si mesma. E isso se deu tanto a nível nacional, como esses países pensaram essas áreas, bem como a nível local, como internamente se disputaram e fizeram valer noções sobre esses territórios, principalmente, por meio das relações de poder latifundiárias.

Pode-se entender, portanto, esses campos de concentração dentro da lógica de um discurso bastante vigente, principalmente, no final do século XIX e no século XX sobre o que era ser sertanejo e o que eram os sertões. Por sofrerem diversos estigmas ao longo dos séculos, muitas vezes os sertanejos foram tidos como homens incivilizados, comparados com os povos do litoral, viviam sob a égide da dicotomia litoral (moderno) *versus* o sertão (atrasado). Muitas das ideias que vigoravam tinham uma visão de um sertão patológico, doente, que precisa ser civilizado à luz da ciência e da razão. Kleiton Moraes esclarece que os engenheiros responsáveis pela Inspetoria voltaram-se para os sertões com “o dilema de transformar o espaço onde a natureza mantinha-se irreduzível, reinando soberana. Travar-se-ia ali mais uma batalha homem

versus natureza” (MORAES, 2010, p.49). Batalha esta que estaria vencida nas cidades, locais onde estariam as ferramentas possíveis para o progresso nacional. Por isso, manter o sertanejo afastado da capital Fortaleza seria uma solução para o problema de uma possível disseminação do seu “atraso e indolência” ou mesmo para não estimularem o ócio ou a esmola, muito recorrentes em secas anteriores. Como solução era preciso dar-lhes trabalho, mas nunca esmola. Por isso, os campos de concentração foram pensados e colocados em prática: em nome da ordem, da disciplina e do trabalho.

Nesse sentido, por fim, compreendemos como o colonialismo interno, que também formou o Brasil, pode ser um caminho epistemológico para refletir sobre o controle do espaço do sertão. Ele pode explicar, por conseguinte, porque se concentravam os sertanejos de modo a vigiá-las, dominá-las e subjugá-las a uma forma de entender a sociedade que muito não se encaixava no espaço rural do semiárido, do sertão. Essa modernidade/colonialidade também foi uma maneira de ver o sertanejo como o outro a ser dominado em nome do avanço do progresso, e isso é parte da história dos sertões do Nordeste brasileiro e representa parte da narrativa sobre o mesmo ao longo da história.

Referências Bibliográficas:

A extensão dos socorros aos flagelados. Quasi 80 mil homens nas obras do governo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: Ano XXI- Nº 11493, 31 de maio de 1932.

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. *Revista Estudos Avançados* 13 (36), São Paulo, 1999, pp.7-59

ALMEIDA, José Américo de. In: CARMAGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKSMAN, Sérgio. *O Nordeste e a política. Dialogo com José Américo de Almeida*. CPDOC/FGV-Fundação Casa de José Américo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, 1995, p.145-151.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1988.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, São Paulo, 71, 2007, pp.41-79.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL. Boletim de serviços executados nos campos de concentração de flagelados de maio a agosto de 1932. Fortaleza: Diretoria de Saúde Pública, 1932. Arquivo Público do Estado do Ceará.

CHACON, Suely Salgueiro. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1986.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. *Revista de Historia Contemporánea*, 8, 2009.pp. 267-286.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira e SIMONINI, Yuri Cartografia do (De)Sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação – séculos XIX e XX. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de octubre de 2012, vol. XVI, nº 418 (69). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-69.htm>>, acessado em 14 de junho de 2019 às 20:18.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1992.

GIULIANO, Facundo. “La pregunta que luego estamos si(gui)endo: manifestaciones de una cuestión ética-geopolítica”. En: GIULIANO, Facundo (comp.) *¿Podemos pensar los no-europeos? ética decolonial y geopolítica del conocer*. 1aed.-Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2018, pp.11.42.

GOMES, Angela de Castro. População e sociedade: Em Marcha para o Oeste, o Brasil e a utopia da conquista dos sertões In: *Olhando para dentro: 1930-1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v.1, pp. 41-90.

GONTIJO, Rebeca. Na trilha de Capistrano de Abreu (1853-1927): índios, história e formação do Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, pp.605-629.

GOUVEIA, Regiane Cristina. *América Latina enferma: racismo e positivismo no pensamento latino-americano em fins do século XIX e início do XX*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa Oswaldo Cruz, 2016.

LIMA, Ivaldo. “Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica.” In: Santos, Milton & Becker, Bertha Koiffmann (orgs.). *Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p.109-121.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

_____. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, Vol V, 1998, pp.163-193

_____. “Apresentação”. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992, p.XV.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. *Sertões nordestinos: Cariri Cearense, Sertão do Pajeú e Cariri Paraibano*. Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras Sertões Brasileiros I, Vol 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MAIA, Janille Campos. *Exilados da fome: seca e migração no Ceará oitocentista*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2015.

MELO, Leda Agnes Simões de. *O trabalho em tempos de calamidade: a Inspeção de Obras nos campos de concentração do Ceará (1915 e 1932)*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2015.

MIGNOLO, Walter D. *Habitar la frontera. Sentir y pensar la descolonialidad (antología, 1999-2004)*. Barcelona: CIDOB y UACI, 2015.

_____. “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.” In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. pp. 33-49.

MORAES, Kleiton de Sousa. *O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspeção de Obras Contra as Secas (1909-1918)*. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará*. Tese de doutoramento. Niterói-Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1998.

_____. Cural dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, pp.93-122.

Nordeste. O que nos disse o director dos Serviços Sanitários do Ceará. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: Ano XXXII – nº11680, 1 de janeiro de 1933.

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da primeira República*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. pp.107-130.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 111ªed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza; Museu do Ceará / Secretária de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROCA, Andrea. *Os sertões e o deserto. Imagens da “nacionalização” dos índios do Brasil e na Argentina, na obra de J.M Rugendas (1802-1858)*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2014.

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920*. 3ª Edição. Revisada e ampliada para download. São Paulo: Memórias, 2010.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a representação da Nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2006.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da Borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. SP, Ed.Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Célia Nonato da; CARNEIRO, Mariana Fabiana L. O estranho sertão da Primeira República. *XII Simpósio Internacional. Processo Civilizador*. Recife, 2009,pp.1-10.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, Setembro 2008: pp.133-147.

THIESSE, Anne-Marie. *Ficções criadoras: As identidades Nacionais*. Anos 90, Porto Alegre, nº15, 2001/2002, p.7-23

TODOROV, Tveztan. *Nosotros y los otros. Reflexión sobre la diversidad humana*. México: Siglo XXI editores s.a, 1991.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso pronunciado na capital do Ceará. Presidência da República, Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. Biblioteca da Presidência da República, 1933, p.378-379.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “O modernismo e a questão nacional.” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.353-384.

VIEIRA, Luiz Augusto da Silva. Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria. Federal de Obras Contra as Secas Ceará-Fortaleza -1934 (VOL I).

Artigo recebido em 1 de fevereiro de 2020
Aceito para publicação em 20 de maio de 2020